

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 18/2015 DE 02 DE OUTUBRO

----- Aos **dois** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, e Srs. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico Vitor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Não realização de reunião extraordinária.** -----

----- O Sr. Presidente justificou ao Executivo que contrariamente ao que tinha informado na reunião anterior da Câmara Municipal, não foi necessário proceder à realização de reunião extraordinária. -----

----- **b) Sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou o Executivo que correu com normalidade a sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal realizada no passado dia 28 de setembro, tendo sido aprovadas as propostas da Câmara Municipal, nomeadamente o Regulamento do Programa Municipal de Apoio às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção, tendo também tomado conhecimento do Relatório da Situação Económica e Financeira do 1.º Semestre de 2015 elaborado pelo Auditor Externo. ----

----- Mais informou que foi também aprovada a 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano (GOP), oportunamente proposta pela Câmara Municipal, que continha o novo projeto de empreitada de obras públicas, com fornecimento e instalação de luminárias e lâmpadas LED, com possível cofinanciamento do POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território, decorrente de candidatura conjunta através da

CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões no âmbito do projeto “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Viseu Dão Lafões”, de que se aguarda decisão. -----

----- **c) Eleição da Assembleia da República – 4 de outubro.** -----

----- O Sr. Presidente referiu-se à Eleição da Assembleia da República que irá ter lugar no próximo dia 4 de outubro, manifestando esperar que corra tudo bem. Pediu a atenção para a deliberação da Comissão Nacional de Eleições (CNE), dando conta de que a disponibilização de transportes à população no dia das eleições por parte dos municípios deve ter carácter excecional, pelo que nesta eleição a Câmara Municipal não irá disponibilizar transporte. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 18 de setembro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Vereadores Srs. Carlos Mota e Cristóvão Ferreira, por não terem estado presentes na referida reunião, aprovar o texto definitivo da ata. -----

----- **b) Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência** – Por e-mail de 18 de setembro, solicita a justificação da ausência à reunião ordinária de 18 de setembro de 2015, por motivos profissionais. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência à reunião. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota não participou na discussão e votação, tendo-se ausentado da reunião e regressado posteriormente. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Processo n.º 266 - Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – Auto de medição n.º 7 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA, de €22.035,04 – Informação n.º 95-P/15, de 28 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Proposta de ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 28 de setembro de 2015 de aprovação do auto e autorização do respetivo pagamento. -----

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente. -----

----- **b) Empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva-Alhais”** Processo N.º 264 – Adjudicatário: – MONTALVIA – Construtora, S.A. – Auto de medição n.º 7 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA, de € 243.231,66 – Informação n.º 96-P/15, de 28 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) - Proposta de ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 28 de setembro de 2015 de aprovação do auto e autorização do respetivo pagamento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente. -----

----- **c) Empreitada de "Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva - 1.ª Fase"** – Proc. N.º 232 – Adjudicatário: Irmãos Almeida Cabral, Lda – Auto de medição de trabalhos a mais n.º 1, no valor, excluído o IVA, de € 2.925,00 – Informação n.º 102-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento. -----

----- **d) Empreitada de "Construção da Circular Nascente a Vila Nova de Paiva - 1.ª Fase"** – Proc. N.º 232 – Adjudicatário: Irmãos Almeida Cabral, Lda - Revisão de preços final negativa (Revisão n.º 2/1), no valor, incluído o IVA, de € 15,31- Informação n.º 103-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços negativa, devendo o Adjudicatário ser notificado para proceder ao reembolso à Câmara Municipal do valor em causa. -----

----- **e) Empreitada de "Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva - 1.ª Fase"** – Proc. N.º 232 – Adjudicatário: Irmãos Almeida Cabral, Lda – Conta final da empreitada - Informação n.º 104-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- Foi presente à reunião a conta final da empreitada em epígrafe, que perfaz o montante de €303.451,07 (trezentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e sete cêntimos), correspondente ao valor do contrato inicial (€285.659,89), acrescido do valor de trabalhos a mais (€2.925,00), do IVA à taxa legal de 6% (€17.176,47) e da revisão de preços (€ 6.087,75), deduzido do valor dos trabalhos a menos (€ 8.398,06). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a conta final da empreitada. -----

----- **f) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Processo n.º 266 - Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A – Revisão de preços final negativa (Revisão n.º 1/1), no valor, incluído o IVA, de €14.574,85 – Informação n.º 105-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços negativa, devendo o Adjudicatário ser notificado para proceder ao reembolso à Câmara Municipal do valor em causa. -----

----- **g) Empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Processo n.º 266 - Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – Conta final da empreitada – Informação n.º 106-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- Foi presente à reunião a conta final da empreitada em epígrafe, que perfaz o montante de €335.312,33 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e doze euros e trinta e três cêntimos), correspondente ao valor do contrato inicial (€344.712,75), acrescido do IVA à taxa legal de 6% (€18.979,94), deduzido do valor dos trabalhos a menos (€14.630,50) e da revisão de preços final negativa (€13.749,86). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a conta final da empreitada. -----

----- **h) Empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva-Alhais”** Processo N.º 264 – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. - Revisão de preços final negativa (Revisão n.º 1/1), no valor, incluído o IVA, de €33.277,72 – Informação n.º 107-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços negativa, devendo o Adjudicatário ser notificado para proceder ao reembolso à Câmara Municipal do valor em causa.-----

----- **i) Empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva-Alhais”** Processo N.º 264 – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. - Conta final da empreitada – Informação n.º 108-P/15, de 29 de setembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- Foi presente à reunião a conta final da empreitada em epígrafe, que perfaz o montante de €646.912,47 (seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e doze euros e

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

quarenta e sete centimos), correspondente ao valor do contrato inicial (€664.275,11), acrescido do IVA à taxa legal de 6% (€36.617,69), deduzido do valor dos trabalhos a menos (€22.586,25) e da revisão de preços final negativa (€31.394,08). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a conta final da empreitada. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **b) 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 12.ª alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2015** – Aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara de 18 de setembro de 2015, no uso de competência delegada. ---

----- **DELIBERAÇÃO:**O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **c) Grupo Folclórico e Etnográfico de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício registado em 21 de setembro de 2015, solicitam subsídio para a organização e realização do XXXII Festival Nacional de Folclore em Vila Cova à Coelheira. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, dado tratar-se de um evento com tradição na Freguesia, autorizar a atribuição de um subsídio no montante de dois mil e cem euros, a processar no presente mês de Outubro. -----

----- **d) António Marques Ferreira**, do Touro, trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a categoria de Assistente Técnico, da carreira geral de Assistente Técnico – Adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local – Informação n.º 17/2015, de 16 de setembro, da Divisão de Administração e Finanças (DAF) - Encerramento e arquivamento do processo. -----

----- Foi presente à reunião a informação em epígrafe dando conta da notificação em 10 de agosto de 2015, por ofício n.º 1327/DAF/15, da autorização da rescisão do contrato do trabalhador em epígrafe, por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 07 de agosto de 2015, o qual, no prazo conferido para efeitos de aceitação da compensação, não devolveu o respetivo Termo de Aceitação nem deu resposta ao ofício, pelo que aquele serviço propõe o encerramento e arquivamento do processo. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o encerramento e arquivamento do processo. -----

----- **e) Gratificação dos membros das mesas eleitorais em funcionamento na Eleição da Assembleia da República do próximo dia 4 de outubro** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara para transferência antecipada de verbas para as juntas de freguesia para pagamento das gratificações. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 25 de setembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De harmonia com o art.º 9.º da Lei n.º 22/99, de 21 de Abril, na redação da Lei n.º 18/2014, de 10 de Abril, aos membros das mesas eleitorais é atribuída uma gratificação, atualizável e isenta de tributação, no valor de € 50,00 (cinquenta euros);

b) As verbas para os membros das mesas eleitorais são transferidas para os municípios pela Direção Geral da Administração Interna (DGAI), devendo estes de seguida processarem as gratificações aos referidos membros das mesas.

c) Neste Município irão funcionar sete mesas eleitorais na Eleição da Assembleia da República a realizar no próximo dia 4 de outubro de 2015, cada uma constituída por cinco membros, pelo que o total das gratificações a processar ascende, salvo eventual atualização da gratificação, a € 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), correspondendo € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) a cada mesa eleitoral;

d) Em atos eleitorais anteriores têm-se constatado que a transferência das verbas pela DGAI envolve ainda alguma morosidade;

Assim, tendo em vista possibilitar que as referidas gratificações possam ser processadas e pagas, em tempo oportuno, aos membros das mesas eleitorais, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere autorizar a transferência das seguintes importâncias para as Juntas de Freguesia do Município, para estas processarem as gratificações aos membros das respetivas mesas eleitorais:

a) € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) para as Juntas de Freguesia de Pendilhe, de Queiriga, do Touro e de Vila Cova à Coelheira, dado em cada uma delas ir funcionar uma mesa eleitoral;

b) € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, dado nesta freguesia irem funcionar três mesas eleitorais correspondentes a três secções de voto.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **f) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara para fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos para vigorar no ano de 2016.

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 28 de setembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

1. O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, que atualmente, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º, varia de 0,3% a 0,5%.

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do referido art.º 112.º, em conjugação com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios, por deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, definem anualmente o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, de entre os limites acima referidos, podendo as taxas ser fixadas por freguesia.

3. O n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pelo art.º 213.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em vigor desde 1 de janeiro de 2015, veio criar o designado “IMI Familiar”, determinando que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa do IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o número de dependentes, nos seguintes termos: redução da taxa de IMI até 10% no caso de um dependente, até 15% com dois dependentes e até 20% se com três ou mais dependentes.

4. De acordo com o n.º 14 do art.º 112.º do CIMI, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 artigo 112.º, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.

5. A mesma AT, através da Circular n.º 9/2015, de 28 de agosto de 2015, veio esclarecer que o benefício no âmbito do referido “IMI Familiar” deliberado pelos municípios é aplicado automaticamente a todas as famílias com filhos que residam nos municípios que vierem a adotar esta redução de taxa, eliminando assim quaisquer custos de contexto, quer para as famílias, quer para os municípios, devendo igualmente a decisão dos municípios ser comunicada à AT, por transmissão eletrónica de dados, até 30 de novembro do ano a que o imposto se refere.

6. Tal medida governativa de criação do “IMI Familiar” pretende, por um lado, atenuar a redução dos rendimentos das famílias, e, por outro lado, combater uma crise demográfica grave decorrente da muito baixa taxa natalidade.

Assim, em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do mesmo regime, a seguinte proposta:

a) Fixação da taxa do IMI para vigorar na área do Município de Vila Nova de Paiva no ano de 2016, pela taxa mínima prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, ou seja, a taxa de 0,3%.

b) Fixar as seguintes taxas de redução do IMI, ao abrigo e nos termos do n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro:

- Redução do IMI em 10%, no caso de um dependente a cargo;
- Redução do IMI em 15%, no caso de dois dependentes a cargo; e
- Redução do IMI em 20%, no caso de três ou mais dependentes a cargo.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **g) Normas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) da Educação Pré-Escolar e da Componente de Apoio à Família (CAF) do 1.º CEB, para o ano letivo de 2015/2016** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara para fixação das condições de funcionamento das atividades. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 30 de setembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, no desenvolvimento dos princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 2 de Fevereiro (Lei Quadro da Educação Pré-Escolar), determina que as componentes não educativas da educação pré-escolar – alimentação (almoço) e prolongamento de horário – fossem comparticipadas pelas famílias de acordo com as respetivas condições socioeconómicas, sendo as normas reguladoras para a determinação das comparticipações familiares definidas no Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 208, de 9 de Setembro de 1997.

2. Contudo, veio dispor o n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, que o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respetivo pagamento são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no Diário da República, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

3. O referido Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, nada dispôs sobre o modo de comparticipação das famílias em relação a outras atividades não pedagógicas no âmbito da educação pré-escolar, como sejam o serviço de prolongamento de horário e também o desenvolvimento de atividades nos períodos de interrupção letiva, sendo de concluir que, em relação às comparticipações familiares pelo serviço de apoio ao prolongamento de horário, se continuariam a aplicar as normas do Despacho Conjunto n.º 300/97, com as adaptações necessárias.

4. Entretanto entrou em vigor em 25 de agosto de 2015 a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 164, de 24 de agosto de 2015 (que revogou o Despacho n.º 9.265-B/2013, de 12 de julho), que cria e define as normas a observar na oferta das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar, e da componente de apoio à família no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico, a aplicar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

5. De harmonia com os artigos 3.º e 5.º da referida Portaria, consideram-se, respetivamente:

i) Atividades de animação e de apoio à família (doravante AAAF) no âmbito da educação pré-escolar as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades; e

ii) Componente de apoio à família (doravante CAF) no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico (doravante 1.º CEB), o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

6. Na sequência de conversações havidas com o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, e atendendo ao disposto no n.º 3 do art.º 3.º, e n.º 2 do art.º 5.º, da referida Portaria n.º 644-A/2015, ficou definido que nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública em funcionamento na área do Município de Vila Nova de Paiva, competiria à Câmara Municipal a implementação das AAAF nos jardins-de-infância de Pendilhe, Touro, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva,

bem como a implementação da CAF nas escolas do 1.º CEB do Touro, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva, no ano letivo de 2015/2016.

Face ao exposto, sem prejuízo de futura regulamentação municipal, proponho que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar as seguintes normas de funcionamento das AAAF e CAF, para o ano letivo de 2015/2016.

I – Atividades de animação e de apoio à família (AAAF)

Serão implementadas as seguintes atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar:

1.1 – Horário ocupacional – a implementar no jardim-de-infância de Vila Nova de Paiva, antes do início do período diário de atividades educativas da manhã, previsto das 07h30 às 09h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.

1.2 – Reforço alimentar – a implementar em todos os jardins-de-infância a meio da manhã.

1.3 – Fornecimento de almoço – a implementar em todos os jardins-de-infância, previsto para os seguintes horários:

a) Jardim de Infância de Pendilhe – das 12h00 às 13h00;

b) Jardim de Infância de Touro – das 12h30 às 14h00;

a) Jardim de Infância de Vila Cova à Coelheira – das 12h30 às 14h00;

a) Jardim de Infância de Vila Nova de Paiva – das 11h45 às 13h30.

1.4 – Reforço alimentar (fruta) – a implementar em todos os jardins-de-infância a meio da tarde.

1.5 – Prolongamento de horário – atividades de expressões, natação e educação física a implementar em todos os jardins-de-infância, no período das 15h30 às 17h30, podendo no jardim-de-infância de Vila Nova de Paiva haver um prolongamento excecional das 17h30 às 18h30, para as crianças oriundas de agregados familiares cujos pais ou encarregados de educação assim o necessitem e manifestem, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.

II – Componente de Apoio à Família (CAF)

Serão implementadas as seguintes componentes de apoio à família no âmbito do 1.º CEB:

1.1 – Horário ocupacional – a implementar na Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva, antes do início da componente curricular da manhã, previsto das 07h30 às 09h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade,

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.

1.2 – Reforço alimentar – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, a meio da manhã.

1.3 – Fornecimento de almoço – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, previsto para os seguintes horários:

a) Escola do 1.º CEB de Touro – das 12h30 às 14h00;

b) Escola do 1.º CEB de Vila Cova à Coelheira – das 12h30 às 14h00;

a) Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva – das 12h45 às 14h00.

1.4 – Reforço alimentar (fruta) – a implementar em todas as escolas do 1.º CEB, a meio da tarde, no âmbito do Programa “Fruta Escolar”.

1.5 – Prolongamento de horário – a implementar na Escola do 1.º CEB do Touro, desde o final das atividades extracurriculares até às 18h00, desde que os pais ou encarregados de educação manifestem essa necessidade, mediante apresentação de declaração do horário laboral da respetiva entidade patronal.

III – Comparticipação familiar

3.1 – As refeições (almoço) quer no âmbito das AAAF quer no âmbito da CAF, serão pagas pelas famílias segundo as regras inerentes à Ação Social Escolar, tendo em consideração o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra para atribuição do abono de família:

a) Crianças e alunos incluídos em escalão A – gratuito;

b) Crianças e alunos incluídos em escalão B – € 0,73 por refeição;

c) Crianças e alunos incluídos em escalão C ou superior – € 1,46 por refeição.

3.2 – O prolongamento de horário quer nas AAAF quer na CAF será pago pelas famílias nos termos que têm vindo a ser praticados, fixados por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de junho de 2011, tendo em consideração o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra para atribuição do abono de família:

a) Crianças e alunos incluídos em escalão A – gratuito;

b) Crianças e alunos incluídos em escalão B – € 0,34 por dia;

c) Crianças e alunos incluídos em escalão C ou superior – € 0,68 por dia.

3.3 – As demais atividades referidas nos pontos I e II são gratuitas.

3.4 – O pagamento da comparticipação familiar devida deve ser efetuado preferencialmente na tesouraria da Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, entre os dias 20 e 30 de cada mês, relativamente aos serviços prestados no mês anterior.

IV – Permanência nas instalações

Nos períodos de funcionamento das AAAF ou da CAF apenas poderão permanecer nas respetivas instalações as crianças e alunos inscritos naqueles serviços.

V – Desistências e faltas

Nos casos de desistência ou falta às atividades, os pais ou encarregados de educação devem respeitar as normas seguintes:

a) As desistências são comunicadas por escrito e entregues nos serviços da Câmara Municipal com a antecedência mínima de 5 dias úteis, com a cominação de, não o fazendo, tal implicar o pagamento integral da mensalidade.

b) Até 4 (quatro) faltas por mês ao serviço de refeições e ou aos serviços prestados após as atividades educativas ou componente letiva, incide desconto sobre o valor da mensalidade, desde que as ausências da criança ou aluno sejam devidamente justificadas (por motivos de doença ocasional, consultas, férias ou folgas dos pais e encarregados de educação, ou outros) através do preenchimento e entrega de formulário “Comunicação de faltas”.

c) Nos casos de mais de 4 (quatro) faltas por mês aos referidos serviços poderá ser aceite justificação apenas mediante a apresentação do formulário “Comunicação de faltas” acompanhado de declaração média ou atestado médico ou, se for o caso, mediante comprovativo da entidade patronal de período de férias do encarregado de educação, incidindo, nestas situações desconto sobre o valor da mensalidade.

d) A documentação referida nas alíneas b) e c) deverá ser entregue nos serviços de AAAF ou CAF, antes do educando faltar ou, na impossibilidade, em dia de regresso do educando aos referidos serviços.

e) Às faltas injustificadas não incide desconto sobre o valor da mensalidade.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- h) Parecer prévio favorável da Câmara Municipal para a celebração de contratos de aquisição de serviços no ano de 2015 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara para parecer prévio favorável da Câmara Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 30 de setembro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. O desporto e tempos livres constituem um dos domínios de atribuições expressamente previsto para os municípios, conforme alínea f), do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

12 de setembro, pelo que a Câmara Municipal deve disponibilizar uma oferta de atividades de natação e de educação física nas Piscinas Municipais e no Pavilhão Desportivo Municipal, quer à comunidade escolar e à população em geral, quer a determinados extratos específicos, como é o caso da população sénior, prevendo-se no período de 1 de outubro de 2015 a 31 de julho de 2016 que sejam desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Atividades no âmbito da “Sala Polivalente de Ginástica” sita nas instalações das Piscinas Municipais, nas modalidades de fitness, de wellness ou de outras modalidades de grupo, dirigidas à população em geral;

b) Atividades de Expressões e de Educação Física no âmbito dos Programas de Atividade Sénior e “Mais Desporto Mais Saúde”, a realizar em instalações das Juntas de Freguesia e nos Lares de Idosos e Centros de Dia da área do Município;

c) Atividades de Educação Física, Natação e Expressões no âmbito do Apoio à Deficiência (em substituição do extinto programa CLDS), a desenvolver na “Sala Polivalente de Ginástica” e nas “Piscinas Municipais”;

d) Atividades no âmbito da “Escola Municipal de Natação” nas instalações das Piscinas Municipais, dirigidas à população em geral (a iniciar em 1 de novembro de 2015).

2. No âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) da Educação Pré-Escolar, previstas no art.º 3.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 164, de 24 de agosto de 2015, serão desenvolvidas pelo Município, no período de 1 de outubro de 2015 até 1 de julho de 2016, as seguintes atividades:

a) Atividades de Natação, nas Piscinas Municipais, para as crianças dos jardins-de-infância de Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira, Touro e Pendilhe;

b) Atividades de Expressões para as crianças dos jardins-de-infância de Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira, Touro e Pendilhe, a desenvolver nos próprios estabelecimentos;

c) Atividades de Educação Física, dirigidas às crianças dos jardins-de-infância de Vila Cova à Coelheira, Touro e Pendilhe, a desenvolver nos próprios estabelecimentos, e para as crianças do jardim-de-infância de Vila Nova de Paiva, a desenvolver na Sala Polivalente de Ginástica sita nas Piscinas Municipais.

3. No âmbito do apoio às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, das Escolas do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira e Touro, no período de 1 de outubro de

2015 a 9 de junho de 2016, serão desenvolvidas atividades de Natação, nas Piscinas Municipais.

4. Na sequência de candidatura apresentada oportunamente ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, foi aprovado o funcionamento de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) nesta Câmara Municipal – candidatura n.º 89/GIP/2015 – com a duração de um ano, renovável automaticamente duas vezes por igual período, cujo início se reporta a 1 de agosto de 2015, com um financiamento de cinco mil euros para adaptação de instalações e aquisição de equipamentos, e um financiamento anual, atualizável nos termos da lei, de mil duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos para despesas de funcionamento e de cinco mil e trinta euros e sessenta e quatro cêntimos de comparticipação na retribuição de animador do GIP.

5. O n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015 (LOE 2015), estabelece a exigência de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços pelos municípios, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, dependendo o referido parecer da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, tendo sido entretanto publicada a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

6. Por sua vez, o n.º 1 do mesmo artigo 75.º da LOE 2015, estipula que a redução remuneratória prevista no n.º 1 do art.º 2.º, e no art.º 4.º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

7. Estabelece o n.º 2 do art.º 3.º da referida Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que a emissão de parecer prévio favorável da Câmara Municipal depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: (i) que o objeto dos contratos de aquisição de serviços a celebrar ou a renovar se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, (ii) que exista cabimento orçamental, (iii) que não existam impedimentos à celebração ou renovação dos contratos quando a

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

eventual contraparte seja determinável e (iv) se demonstre o cumprimento e aplicação da redução remuneratória.

8. Para o desenvolvimento das atividades identificadas nos números anteriores a Câmara Municipal não dispõe de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para assegurar as referidas atividades, nem se revela conveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, atendendo, por um lado, aos períodos de atividade definidos, e, por outro lado, não estar necessariamente assegurada a continuidade da prestação já que algumas das atividades só se realizarão se houver interessados.

9. O Município necessita de contratar 6 (seis) prestadores de serviços para desenvolvimento das atividades referidas, detentores de qualificações ao nível de licenciatura ou superior para as seguintes áreas: 3 (três) prestadores de serviços para as áreas de Natação e Educação Física, 2 (dois) prestadores de serviços para a área de Expressões e 1 (um) prestador de serviços para animador do GIP.

10. Dada a natureza das atividades a desenvolver, os prestadores de serviços atuarão com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem sendo imposto propriamente o cumprimento de horário de trabalho, mas antes uma programação de atividades que pode ou não concretizar-se, pelo que será de entender que, nestas condições, não se trata de trabalho subordinado.

11. Justificar-se-á assim a contratação de pessoas singulares com a formação adequada para as atividades em causa, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 10.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), devendo a celebração dos contratos satisfazer as disposições do n.º 1 do art.º 32.º da LTFP.

12. Não há lugar a recurso a pessoal em situação de requalificação (anteriormente designada mobilidade especial) apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, mediante procedimento prévio de recrutamento previsto no art.º 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro (regime jurídico de requalificação de trabalhadores em funções públicas), com consulta ao INA – Instituto Nacional de Administração, cujos termos e tramitação estão regulados pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, dado que muito embora aquela norma seja aplicável à administração local, as autarquias locais estão dispensadas de consulta ao INA, conforme Despacho n.º 2.556/2014, de 10 de julho, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública.

13. Os encargos com os presadores de serviços são suportados pela rubrica orçamental 01.02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa e avença, com cabimento por declaração a emitir pelo setor de contabilidade da Divisão de Administração e Finanças.

14. As atividades referidas nos n.ºs 1 a 3 que antecederem serão remuneradas por hora efetivamente prestada, a processar mensalmente, sendo a remuneração/hora a praticada em anos anteriores: as atividades dirigidas expressamente às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º CEB são pagas à razão de € 9,28 (nove euros e vinte e oito cêntimos) por hora, tendo por base de cálculo o valor da remuneração horária correspondente à remuneração base prevista para a 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório 19, da tabela remuneratória única da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, atualmente fixada em € 1.407,45, conforme Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, conjugado com a Portaria n.º 1.553-C/2008, de 31 de Dezembro, sendo as demais atividades pagas à razão de € 7,92 (sete euros e noventa e dois cêntimos) por hora, tendo por base de cálculo o valor da remuneração horária correspondente à remuneração base prevista para a 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, da mesma tabela remuneratória única da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, atualmente fixada em € 1.201,48.

15. Prevêem-se um total de 4.492 horas de atividades, o que totaliza um encargo total no montante de € 37.166,48, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor se ao mesmo houver lugar, sendo 1.169 horas à razão de € 9,28 por hora, e 3.323 à razão de € 7,92 por hora, apresentando-se no quadro seguinte as horas previstas para cada prestador de serviços nos períodos considerados e correspondentes encargos, distribuídos pelos exercícios de 2015 e 2016:

Atividades	N.º de horas previstas			Previsão de encargos		
	2015	2016	Total	2015	2016	Total
(1) Prestador de serviços na área de educação física e natação						
Atividades	N.º de horas previstas			Previsão de encargos		
	2015	2016	Total	2015	2016	Total
Escola Municipal de Natação e outras	90	290	380	€ 712,80	€ 2.296,80	€ 3.009,60
AAAF do Pré-Escolar – Natação e Educação Física	63	113	176	€ 584,64	€ 1.048,64	€ 1.633,28

Ata N.º	18/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

<i>Natação no 1.º CEB</i>	50	80	130	€ 464,00	€ 742,40	€ 1.206,40
<i>Programa Sénior e outras</i>	69	164	233	€ 546,48	€ 1.298,88	€ 1.845,36
<i>Sala Polivalente de Ginástica</i>	72	171	243	€ 570,24	€ 1.354,32	€ 1.924,56
<i>Total</i>	344	818	1162	€ 2.878,16	€ 6.741,04	€ 9.619,20

(2) Prestador de serviços na área de educação física e natação

<i>Escola Municipal de Natação e outras</i>	79	259	338	€ 625,68	€ 2.051,28	€ 2.676,96
<i>AAAF do Pré-Escolar – Natação e Educação Física</i>	63	113	176	€ 584,64	€ 1.048,64	€ 1.633,28
<i>Natação no 1.º CEB</i>	50	80	130	€ 464,00	€ 742,40	€ 1.206,40
<i>Programa Sénior e outras</i>	63	143	206	€ 498,96	€ 1.132,56	€ 1.631,52
<i>Sala Polivalente de Ginástica</i>	42	90	132	€ 332,64	€ 712,80	€ 1.045,44
<i>Apoio à Deficiência – Educ. Física e Natação e outras</i>	12	28	40	€ 95,04	€ 221,76	€ 316,80
<i>Total</i>	309	713	1022	€ 2.600,96	€ 5.909,44	€ 8.510,40

(3) Prestador de serviços na área de educação física e natação

<i>Escola Municipal de Natação e outros</i>	43	147	190	€ 340,56	€ 1.164,24	€ 1.504,80
<i>AAAF do Pré-Escolar – Natação e Educação Física</i>	63	113	176	€ 584,64	€ 1.048,64	€ 1.633,28
<i>Natação no 1.º CEB</i>	50	80	130	€ 464,00	€ 742,40	€ 1.206,40
<i>Programa Sénior e outros</i>	59	137	196	€ 467,28	€ 1.085,04	€ 1.552,32
<i>Sala Polivalente de Ginástica</i>	52	116	168	€ 411,84	€ 918,72	€ 1.330,56
<i>Apoio à Deficiência – Educ. Física e Natação e outras</i>	13	29	42	€ 102,96	€ 229,68	€ 332,64
<i>Total</i>	280	622	902	€ 2.371,28	€ 5.188,72	€ 7.560,00

(4) Prestador de serviços na área de expressões

<i>AAAF do Pré-Escolar – Expressões</i>	49	93	142	€ 453,72	€ 863,04	€ 1.317,76
<i>Programa Sénior e outras</i>	159	375	534	€ 1.259,28	€ 2.970,00	€ 4.229,28
<i>Apoio à Deficiência – Expressões e outras</i>	13	29	42	€ 102,96	€ 229,68	€ 332,64
<i>Total</i>	221	497	718	€ 1.818,96	€ 4.062,72	€ 5.879,68

(5) Prestador de serviços na área de expressões

<i>AAAF do Pré-Escolar –</i>	38	71	109	€ 352,64	€ 658,88	€ 1.011,52
------------------------------	----	----	-----	----------	----------	------------

<i>Expressões</i>						
<i>Programa Sénior e outras</i>	160	377	537	€ 1.267,20	€ 2.985,84	€ 4.253,04
<i>Apoio à Deficiência – Expressões e outras</i>	13	29	42	€ 102,96	€ 229,68	€ 332,64
<i>Total</i>	211	477	688	€ 1.722,80	€ 3.874,40	€ 5.597,20
<i>Total geral</i>	1.365	3.127	4.492	€ 11.389,16	€ 25.776,32	€ 37.166,48

16. As atividades do prestador de serviços para animação do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) serão remuneradas pelo valor já praticado em anos anteriores, no montante anual de € 8.384,40, a processar em doze prestações mensais iguais e sucessivas no valor de € 698,70, sendo a comparticipação do I.E.F.P., IP na retribuição do animador no montante de € 5.030,64, correspondente a 60% da despesa anual.

17. De acordo com o n.º 3 do art.º 10.º da LTFP, são nulos os contratos de prestação de serviços para o exercício de funções públicas em que exista subordinação hierárquica, não podendo os mesmos dar origem à constituição de um vínculo de emprego público.

18. Estipula também o n.º 21 do art.º 75.º da LOE 2015 que são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto neste artigo.

19. No que diz respeito ao requisito da redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do artigo 75.º da LOE 2015, como se trata de contratação de prestação de serviços na modalidade de tarefa, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços como estipula o n.º 4 do mesmo art.º 75.º; contudo verifica-se no quadro do n.º 15 e no n.º 16, que independentemente da contraparte do contrato, em nenhuma situação o valor total do contrato será superior a quinze mil euros (dez meses do período do contrato vezes mil e quinhentos euros, valor mensal a partir do qual há lugar a redução remuneratória), pelo que não haverá lugar a qualquer redução remuneratória.

Assim, face ao exposto, de harmonia com o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar a presente proposta e dê parecer favorável à celebração de contratos de prestação de serviços em 2015, para as atividades, condições e prazos indicados, com 6 (seis) prestadores de serviços, independentemente da natureza da contraparte, na modalidade de tarefa, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 10.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Ata N.º 18/2015	
Livro N.º	Folha N.º
37	

(LTFP), sendo o procedimento de formação do contrato por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

-----ENCERRAMENTO-----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----